

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.413.619 - SP (2018/0326929-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : ANA LUZIA MOYSES HADDAD BORDUQUE**  
**ADVOGADO : VICTOR ALEXANDRE ZILIOLI FLORIANO - SP164791**  
**AGRAVADO : JANDIRA VENANCIO DE CARVALHO**  
**ADVOGADO : CLAUDIOMAR APARECIDO ANDREAZI - PR030941**  
**INTERES. : FAUZI MOYSES HADDAD - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : IEDA APARECIDA LOMBARDI - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO : JOÃO DANIEL DE CAIRES - SP089886**  
**REPR. POR : SORAYA ALVES HADDAD - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO : LUCIANA DE CAMPOS MACHADO - SP265906**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUTOS DE INVENTÁRIO - ROMPIMENTO DE TESTAMENTO (art. 1.973. CC) - Nascimento, posterior a lavratura do testamento, da agravante - Para tanto há necessidade de circunstância relevante, capaz de alterar a manifestação de vontade do testador - Presunção de que o testador não teria disposto seus bens no testamento na forma que fez se soubesse da existência do herdeiro necessário - Recurso improvido.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 1.973 do Código Civil ao argumento de que a descoberta de herdeiros necessários rompe o testamento feito anteriormente.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Corte de origem não acolheu o pedido de rompimento de testamento nos termos da seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 114/115):

[...]

Ou seja, para se caracterizar o rompimento é preciso que o testador não tenha nenhum descendente no momento da elaboração da referida escritura, ou que posteriormente venha a descobrir sobre sua existência, havido ou não dentro do casamento. Desta forma, adota a lei uma presunção de que se o fato fosse de conhecimento do autor do testamento no momento de sua confecção, não o teria ele testado ou o faria de forma diversa.

No caso em tela, vê-se situação diferente.

A escritura pública de testamento deixado pelo autor da herança foi por ele lavrada "aos (4) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e nove (1969), da Era Cristã, nesta cidade, distrito e município de Praia Grande..." (págs. 33). Soraya Alves Haddad nasceu aos 27 de setembro de 1.967 (págs. 21 dos autos originais). Descartando-se a primeira parte do referido artigo.

No entanto, **nada obstante a agravante ter nascido aos 08 de fevereiro de 1.981 (págs. 88), portanto posterior à lavratura da escritura de testamento, não se trata de fato desconhecido pelo testador, a tal ponto de ver sua vontade ser alterada, porquanto se cuida de filha da inventariante leda e do autor da herança, fazendo cair por terra a parte final do art. 1.973 do Código Civil, e no mesmo passo, o art. 1.974, do mesmo Diploma legal.**

Ademais, o autor da herança veio a falecer aos 10 de junho de 2.014 (págs. 28), fazendo crer a este Relator, que sendo sua vontade haveria procedido alteração no testamento anteriormente lavrado, a fim de contemplá-la, ou mesmo revogando o documento, fazendo outro em seu lugar. (grifou-se)

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que *"o art. 1973 somente tem incidência se, à época da disposição testamentária, o falecido não tivesse prole ou não a conhecesse, mostrando-se inaplicável na hipótese de o falecido já possuir descendente e sobrevier outro(s) depois da lavratura do testamento"* (AREsp 1.169.639/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11.12.2012, DJe 4.2.2013).

Nesse sentido transcrevo os seguintes precedentes:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TESTAMENTO. ROMPIMENTO. POSSIBILIDADE. NULIDADE. EXISTÊNCIA.

Na busca da preservação da vontade do testador, o rompimento de um testamento, com a sua consequente invalidade geral, é medida extrema que somente é admitida diante da singular revelação de que o testador não tinha conhecimento da existência de descendente sucessível.

A prova em sentido contrário - de que o testador sabia da existência do descendente sucessível - mesmo existindo declaração do testador de que não tinha herdeiros necessários, impede a incidência do quanto disposto no art. 1.973 do Código Civil.

A nulidade das disposições testamentárias que excedem a parte disponível do patrimônio do testador se circunscreve ao excesso, reduzindo-se as disposições testamentárias ao quanto disponível, nos termos dos arts. 1.967 e 1.968.

A avaliação do conteúdo da deixa e seu cotejo com as disposições de última vontade do de cujus, para fins de verificação de possível invasão da legítima, são matérias adstritas ao curso do inventário. Inviável a aplicação da multa a embargos de declaração com o fito de prequestionamento (Súmula 98/STJ).

Recurso especial parcialmente provido, apenas para afastar a incidência da multa do art. 538 do CPC/73, fixada na origem.

(REsp 1.615.054/Mg, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 3.8.2017, DJe 10.8.2017).

CIVIL. TESTAMENTO PÚBLICO. VÍCIOS FORMAIS QUE NÃO COMPROMETEM A HIGIEDEZ DO ATO OU PÕEM EM DÚVIDA A VONTADE DA TESTADORA. NULIDADE AFASTADA. SUMULA N. 7-STJ.

I. Inclina-se a jurisprudência do STJ pelo aproveitamento do testamento quando, não obstante a existência de certos vícios formais, a essência do ato se mantém íntegra, reconhecida pelo Tribunal estadual, soberano no exame da prova, a fidelidade da manifestação de vontade da testadora, sua capacidade mental e livre expressão.

II. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula n. 7/STJ).

III. Recurso especial não conhecido.

(REsp 600.746/PR, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20/5/2010, DJe 15/6/2010)

Nesses termos, verifica-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento consolidado neste STJ ao desacolher o pedido de rompimento do testamento a fim de que seja preservada a vontade do testador.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora